

Apresentação

José Augusto Valladares Paduá é Professor do Departamento de História da UFRJ, sendo Doutor em Ciência Política pelo IUPERJ (Rio de Janeiro) e Pós-doutor em História pela University of Oxford. Dedicar-se a pesquisar e escrever sobre a História Ambiental, figurando como um dos mais respeitados intelectuais brasileiros nesse campo. Autor de diversos trabalhos sobre a História Ambiental, Pádua tem contribuído para o desenvolvimento das pesquisas e reflexões a respeito de aspectos teóricos e metodológicos que importam aos historiadores do ambiente, sem desprezar as análises políticas que tais debates requerem. Influenciado por Warren Dean, seu livro *Um Sopro de Destruição: Pensamento Político e Crítica Ambiental no Brasil Escravista (1786-1888)* é, certamente, uma indispensável leitura para os interessados na temática Ambiental sob a ótica do conhecimento histórico. Ainda de sua autoria individual ou em colaboração, destacamos: "As Bases Teóricas da História Ambiental". (Estudos Avançados USP, v. 24, 2010); "Herança romântica e ecologismo contemporâneo: Existe um vínculo histórico?". (Varia História, UFMG, v. 33, 2005); "Dilemas Entrecruzados" (Estudos Avançados, USP, v. 20, 2006); "Environmental History - As If Nature Existed". (New Delhi: Oxford University Press, 2010) e "Desenvolvimento, Justiça e Meio Ambiente" (Belo Horizonte: Editora da Universidade Federal de Minas Gerais, 2009).

Entrevista: José Augusto Valladares Pádua

REHR (Fabiano): A princípio, a Revista História em Reflexão agradece ao senhor pela oportunidade de conceder esta entrevista, muito obrigado pela contribuição! A primeira pergunta que gostaríamos que o senhor comentasse um pouco, a partir de sua experiência, como o senhor avalia a produção historiográfica brasileira contemporânea, no que diz respeito à história ambiental.

Prof. Pádua: Nós no Brasil temos uma historiografia bastante rica na discussão ambiental, antes mesmo da constituição da História Ambiental como um campo de conhecimento consciente de si mesmo e institucionalizado. Nós encontramos na historiografia brasileira do século XX alguns trabalhos clássicos que colocaram uma atenção muito grande na relação

com a terra, com as florestas, com os animais, com as plantas. Todo esse conjunto de coisas que nós hoje em dia agrupamos como meio ambiente - o ambiente complexo onde o ser humano vive. Nós podemos pensar, por exemplo, em Gilberto Freyre, no livro "Nordeste", podemos pensar em Sérgio Buarque de Holanda no livro "Caminhos e Fronteiras", e vários outros. A partir dos anos 1980, começa a emergir uma historiografia propriamente ambiental no Brasil. Existe uma contribuição muito importante do Warren Dean. E, a partir do Warren Dean, alguns trabalhos foram feitos e, assim como aconteceu em outros países, existem algumas áreas onde a historiografia ambiental vem se desenvolvendo com mais força. Uma área é o que se refere à História Regional, esse diálogo entre a História Regional e a História Ambiental; porque a História Ambiental, que procura prestar muita atenção às relações biofísicas, presta muita atenção à territorialização, à historicidade da territorialidade. O Brasil possui uma diversidade regional extraordinária, documentações regionais muito ricas, no que se refere aos diferentes modos de relação das sociedades humanas com paisagens e recursos naturais, com atividades de extrativismo florestal, de pesca, de uso econômico de animais e plantas. Então, existe uma historiografia que vem sendo feita hoje em dia em torno dos estudos regionais, micro-regionais, colocando atenção na questão ambiental. Existe também uma historiografia relacionada aos rios. É outro campo muito rico - rios, baías - nós sabemos que temos nesse território que hoje em dia nós chamamos de Brasil, uma rede hidrológica extraordinária, muito grande, muito ramificada. Existe um campo grande de estudos nessa direção. É óbvio que outro campo fértil no desenvolvimento da História Ambiental no Brasil é o da relação com as florestas. Nós temos uma longa história de desflorestamento, de convívio com os diferentes tipos de floresta, associado à expansão de fronteiras agrícolas. Existe toda a história da destruição da floresta Atlântica, da Mata Atlântica, que é um dos processos mais impressionantes de desmatamento na história global moderna. Ocorreu a destruição de mais de cem milhões de hectares de floresta em quinhentos anos. Existe a expansão na fronteira amazônica, e a história da formação das sociabilidades pré e pós-coloniais na Amazônia. Existe toda essa região do Brasil Central, sendo que já estão aparecendo trabalhos sobre o Cerrado, sobre o Pantanal. Temos também um grande potencial no que se refere à história da mineração, também uma história muito rica, muito antiga e variada do Brasil. E a História Urbana? A gente tem que lembrar que esse é um dos campos mais ricos da História Ambiental contemporânea, apesar de muitos ainda a associarem ao contexto rural e florestal. A profunda transformação no tecido urbano brasileiro no século XX, por exemplo, fornece grandes oportunidades de investigação histórica. Eu não quero citar muitos nomes porque isso seria quase impossível, mas muitos trabalhos vêm sendo publicados:

artigos, livros, que enfocam principalmente estes campos que eu mencionei. Ah, um outro campo também que eu não mencionei é a aproximação da História Ambiental com a História da Ciência e a História das Idéias - a História Cultural. Também é um campo que vem sendo muito explorado; existe toda uma valorização da História da Ciência no Brasil. No caso do século XIX, por exemplo, existe a rica tradição dos naturalistas viajantes e dos intelectuais brasileiros, de matriz Iluminista ou Romântica, que trabalharam o conhecimento da natureza brasileira, e também, ao longo do século XX, o desenvolvimento social da crítica da destruição dos recursos naturais, a formação do movimento ambientalista.

REHR (Prof. Eudes): Pádua, eu te perguntaria na seqüência como é possível compreender a contribuição de algumas obras que, pelo menos do ponto de vista acadêmico tem uma inserção e são consideradas obras relevantes, são marcos, digamos, no fundamento da própria discussão de História Ambiental. Eu cito então dois exemplos: um que é o famoso trabalho do Warren Dean "A Ferro e Fogo", e da mesma forma, o seu trabalho: "Um Sopro de Destruição". Qual o tipo de avaliação que nós podemos fazer dessa produção mais peculiar, na historiografia brasileira?

Prof. Pádua: O trabalho do Warren Dean é um trabalho seminal, é considerado ao nível internacional um dos melhores livros de História Ambiental escritos no século XX e é uma sorte que tenha como objeto a realidade brasileira. Para mim foi especialmente importante, pois eu conheci o Warren Dean em 1982, e foi a pessoa que me introduziu na existência institucionalizada de uma História Ambiental, na bibliografia que estava sendo produzida nos Estados Unidos, etc. Foi um grande amigo, muito importante na minha formação. Como se sabe, ele trabalhava basicamente com a História Econômica, ele trabalhou muito com a História Econômica escrevendo "A industrialização de São Paulo" etc. O Warren Dean me disse que quando escreveu o livro chamado "Rio Claro", que tratava dos sistemas de produção de café no Vale do Paraíba paulista, é que ele começou a perceber a importância de estudar melhor a natureza, conhecer melhor os solos, os sistemas hídricos, conhecer melhor a biodiversidade. O estudo da História Econômica Agrária foi o que despertou sua atenção para História Ambiental. Então, ele começou com uma investigação por conta própria, foi um dos pioneiros, um dos fundadores da História Ambiental nos Estados Unidos. Existe até uma história irônica: ele decidiu estudar botânica no Jardim Botânico de Nova Iorque, para conhecer melhor a especificidade das plantas tropicais, e os botânicos acharam muito estranho um professor renomado da Universidade de Nova Iorque ir estudar botânica. "O que ele tem em mente"? "Que história é essa?". O livro A Ferro e Fogo, que trata da

destruição da Mata Atlântica, da formação, da ocupação e da destruição da Mata Atlântica, é um trabalho de síntese, escrito ao longo de muitos anos. Quando conheci o Warren, em 1982, perguntei o que ele estava fazendo, ele me disse: "eu estou estudando para escrever um livro da história da Mata Atlântica". Lembro que naquele momento pensei: "que interessante"! Porque isso é uma outra forma de escrever a história do Brasil. Pelo menos nos primeiros séculos (da Colonização), grande parte da história da sociedade brasileira se deu em cima da destruição da Mata Atlântica, que quando os europeus chegaram somava cerca de 138 milhões de hectares. O livro só foi publicado em 1995, ou seja, mais de dez anos de pesquisa, e tem alguns pontos fortes. É uma visão muito aberta: primeiro discutir a floresta em si, a história da floresta Atlântica enquanto uma realidade biofísica em evolução, depois colocar a História Indígena no contexto da história enquanto tal, perceber a historicidade do mundo que chamamos de "indígena" e seu lugar na história das transformações do espaço, da constituição dos territórios. Então, ele fala da primeira leva de humanos que chegaram à Mata Atlântica, trata dos mais de 10 mil anos de relacionamento dos chamados grupos indígenas com a floresta e todo o impacto que eles produziram, superando essa visão superficial e idealista de que as sociedades indígenas não se relacionam com o mundo natural de uma forma ativa; mostrando que queimavam a floresta, exploravam seus recursos, manejavam seus recursos. E no entanto, é preciso reconhecer que quando os europeus chegaram existia aqui uma quantidade enorme de florestas, ou seja, os padrões de produção e consumo daquelas sociedades, incluindo o tamanho da população e as tecnologias disponíveis, não eram devastadores. Ele conta a chegada dos europeus e tudo que veio acontecendo, a introdução da cana-de-açúcar, a mineração, o café, as diferentes formas de extração de recursos da floresta, o desflorestamento para a construção de assentamentos humanos. É praticamente uma história de cinco séculos da construção do que hoje entendemos como Brasil, a partir da interação das sociedades indígenas com a segunda onda de invasores, como ele chama, com a chegada dos europeus. É um livro que, por sua dimensão, sirva para abrir um campo, apresentar uma "síntese precoce", tratar de "n" questões. É normal, portanto, que não seja um livro perfeito, se é que tal coisa possa existir, porque quando você aprofunda vários temas que ele menciona percebe que muitas coisas podem ser contestadas, que muitas informações não são tão precisas ou corretas, apesar de todo o esforço que ele fez, como bom historiador, de buscar escrever um trabalho rigoroso. Vejo o livro como um grande mapa, um presente para os historiadores brasileiros, um grande roteiro que podemos discutir, aprofundar, questionar alguns aspectos e, principalmente, desenvolver as pesquisas no sentido de avançar esse conhecimento, não ficar preso àquela grande síntese que ele fez. Isso serve até como uma

homenagem ao Warren Dean, que sempre dizia para os alunos ou para os historiadores mais jovens, "olha eu quero que vocês me digam o que eu não sei, onde estou errado, porque o que eu já sei eu já estou consciente". Penso que foi uma atitude muito bonita, muito humilde, ele quer saber onde estava errado para fazer o conhecimento avançar. Um dos problemas que eu vejo no livro, e que tem a ver com o meu próprio livro "Um Sopro de Destruição", é o seu clima de indignação com a devastação impressionante das florestas brasileiras. Warren não era um historiador frio e não-comprometido; era uma pessoa muito comprometida com os direitos humanos, com o próprio ambientalismo, com a idéia da não-destruição do planeta e das condições de vida. Mas no contexto dessa indignação pessoal, que penso ser legítima, acho que ele "carrega um pouco as tintas". Tem certos momentos que a indignação faz com que ele não perceba que o que estava acontecendo aqui no Brasil não era tão diferente do que aconteceu em todos os lugares, inclusive nos Estados Unidos, inclusive nos países vizinhos, no Caribe. Às vezes o livro constrói a imagem de uma sociedade brasileira com fobia de florestas, inimiga das florestas. Uma história de devastação, de destruição inseqüente, que está ligado à um certo julgamento de valor que quase que inconscientemente envia algumas de suas análises. A devastação das florestas, que pode e deve ser criticada, não pode ser entendida fora de uma lógica maior de ocupação territorial que possui uma historicidade muito complexa. Então, no meu livro: "Um Sopro de Destruição", procurei mostrar outras dimensões do problema. Mostrar, por exemplo, que são antigas na sociedade brasileira preocupações bastante claras em relação ao que estava acontecendo. Se não na sociedade brasileira, pelo menos na *intelligentsia* brasileira, nos intelectuais, nos cientistas, nos naturalistas. Mas também em vários políticos e até em alguns fazendeiros que nos [séculos] XVIII e XIX criticaram, com os instrumentos conceituais de cada época, a maneira devastadora e predatória como a ocupação do território estava sendo feita, sua atitude inseqüente na relação com a terra, na relação com as florestas, na relação com a biodiversidade - obviamente não se usava essa palavra na época. Acho que dois pontos interessantes que posso mencionar do meu livro é que em primeiro lugar há uma diferença de perspectiva em cada região. Os críticos da destruição nos séculos XVIII e XIX acompanharam mais ou menos os movimentos objetivos que estavam acontecendo de transformação ambiental e criação territorial. Então, através dessas críticas também pode-se reconstituir a história ambiental de diversas regiões. Na Amazônia, eles não criticavam tanto o desflorestamento, eles criticavam a pesca predatória do peixe-boi, da tartaruga. No Nordeste, eles estavam criticando o problema climático, a questão das secas, como o desflorestamento estava contribuindo para aumentar o problema da seca. Já na Bahia, a indústria madeireira, o corte da madeira, era uma questão muito

importante. No Sudeste e no Nordeste também aparece a questão da monocultura, do corte raso da floresta para a introdução de cana, para a introdução do café. Então em cada região você tinha determinados problemas. O segundo ponto interessante é que ao contrário do que se pode imaginar, não veio através de um viés romântico, porque a gente costuma associar a cultura da natureza no Brasil ao romantismo, à imagem do “nossos campos têm mais flores, nossos bosques tem mais vida”. O que percebi é que os intelectuais românticos falavam muito de natureza, mas de uma maneira abstrata, idealizada, laudatória. Quem realmente se preocupou com a destruição efetiva que estava acontecendo das formações naturais do território foram os intelectuais racionalistas, cientificistas, muito preocupados com a idéia progresso; não faziam, ao contrário do que vigora hoje em dia com muita força, uma crítica ao progresso, de como o progresso está destruindo a natureza. A visão que eles tinham era de o atraso estava destruindo a natureza brasileira, ou seja, o que estava provocando o desmatamento, a perda de riquezas animais e vegetais eram as técnicas rudimentares, o escravismo, o monopólio da terra, uma série de coisas que eles associavam ao passado colonial. Para superar essa herança arcaica, a solução estava na modernização tecnológica, na modernização das relações fundiárias etc. Então, um ponto interessante que percebi nessa tradição é que eles estavam reagindo à destruição, principalmente da Mata Atlântica, mas não a viam como um preço do progresso. Isto mostra a historicidade que a percepção do ambiente e dos problemas ambientais possui uma historicidade mais complexa do que se imagina.

REHR (Prof. Eudes): Há certas concepções do ecologismo que nos dão a entender sobre a possibilidade de separação entre o homem e o mundo natural. Isso revela uma contradição insuperável, na medida em que a história é compreendida, entre outras características, como um fenômeno em que a ação humana ocorre em relação de conflito e consenso com a natureza. Como se pode “lidar” com tal situação?

Prof. Pádua: É da natureza do conhecimento histórico crítico questionar estereótipos e preconceitos bem estabelecidos, porque a gente vê que cada coisa possui a sua historicidade, que a vida social passa por mudanças muito importantes ao longo do tempo. Coisas que nós consideramos óbvias na relação com a natureza e com o meio ambiente não são nada óbvias quando você as estuda no registro histórico. Por exemplo, as praias que hoje são valorizados como espaço de saúde e beleza, no século XIX eram vistas como espaços de morte, doença e perigo. Eu vejo nessa discussão de proteger a natureza, de preservar a natureza, a presença muitas vezes de visões essencialistas e superficiais, que

não percebem que a própria natureza, não apenas o viver humano, se constrói e reconstrói através de um processo de transformação constante. Uma percepção cada vez mais forte nas próprias Ciências Naturais é a de que o que a gente chama de natureza é um processo extremamente dinâmico em que as formas vão nascendo, desaparecendo, se reconstruindo. Tudo nasce do que existia antes, mas através de movimentos intensos e muitas vezes surpreendentes. Qual é a natureza que se quer preservar? São os dinossauros que foram extintos a sessenta milhões de anos? É a floresta amazônica da região Norte do Brasil? Ou foram as savanas que dominaram aquela região milênios antes? Então, essa idéia de preservar a natureza pura, virgem, é uma visão muito estereotipada. Existe sempre uma dinâmica, um processo. Por outro lado, a partir do momento que o ser humano está presente nesse jogo ele deixa marcas, ele interage com a natureza das mais diferentes formas. Qualquer expressão humana é uma expressão biológica, um ato biológico, e também um ato cultural, também um ato de linguagem. É difícil caminhar no fio da navalha da conexão natural/social, pois o ser humano é ao mesmo tempo um ser biológico e cultural, as duas coisas são inescapáveis. Quando se fala do “ser humano separado da natureza”, qual é o sentido? É possível entender o ser humano através da informação de que somos mamíferos e primatas? Por outro lado, nós não precisamos constantemente de ar, água e alimentos que existem na Terra, não fazemos partes dos fluxos bio-físicos do planeta? Agora, é claro que o desenvolvimento da consciência auto-reflexiva, da linguagem, da cultura, do que a gente pode observar na espécie humana, traz uma série de especificidades. Então, hoje em dia eu não consigo fazer essa separação tão rígida; pelo contrário, temos que buscar leituras menos dualistas dessa interação natureza/sociedade, inclusive em termos de história e política ambientais. Talvez o critério mais importante seja avaliar se um ambiente é saudável e sustentável. Isso sim você pode observar, mesmo assim como algumas dificuldades conceituais: se é uma paisagem, em todo o seu dinamismo, degradada ou ecologicamente saudável. A idéia de você separar, “proteger a natureza do ser humano”, não é uma solução. É claro que dentro de um trabalho de manejo do território, de desenho do tipo de território que se quer, reservarmos algumas áreas para proteção, não da natureza prístina, mas sim de formas concretas de vegetação nativa, ecossistemas e espécies. Conservar essa realidade possui um valor em si mesmo, além de ser importante para a saúde ecológica do território. A proteção integral de partes importantes das formações ecológicas do território brasileiro é muito importante, inclusive para a agricultura e cidades. Não se trata de negar esse fato. Agora, não pode ser uma panacéia, não se vai resolver o conjunto da crise ambiental fazendo reservas de preservação ambiental. Não se pode transformar todo o território brasileiro em reservas.

Então, nós temos que trabalhar a qualidade ecológica dos lugares onde o ser humano vive e produz. Trazer a inteligência ecológica, o cuidado ambiental, para dentro das indústrias, dos espaços agrícolas, das cidades, inventando as mais diferentes formas de você melhorar a relação do ser humano com o espaço vivido. Eu acho isso muito mais fecundo, em termos de política ambiental, do que a visão de separar os “espaços da natureza e do ser humano”, até porque epistemologicamente é uma operação muito complicada.

REHR (Prof. Eudes): Ainda no rastro da questão anterior: a preocupação com a preservação ambiental via desenvolvimento sustentável, por exemplo, parece nos revelar muito mais um temor de desaparecimento de nossa espécie do que qualquer outra razão filosófica ou moral. É possível identificar isso dentro de um espaço de sobrevivência instintivo do ser humano, ou há mesmo uma preocupação moral. O ser humano realmente está preocupado com o “Outro” ser?

Prof. Pádua: Acho que o antropocentrismo é quase inescapável. Já refleti e meditei bastante sobre esse tema. Teoricamente é possível assumir uma ética para além do antropocentrismo, que alguns chamam como biocêntrica, de você conseguir ter uma consciência tão ampliada que atribui o mesmo valor a toda manifestação de vida e não prioriza a própria espécie, o ser humano. Mas eu nunca conheci uma pessoa que tivesse uma ética totalmente biocêntrica, por que isso, sendo um pouco irônico, significa se uma bactéria está se desenvolvendo no seu corpo, ela tem o mesmo direito de se desenvolver do que você, do que o seu organismo. Na prática a gente sabe que isso não acontece. Então, independente dessa possibilidade de uma ética biocêntrica, o que é muito prejudicial é o domínio de uma visão “antropo-exclusivista”, uma visão que separa o ser humano da diversidade das espécies, da realidade do planeta, e só mira os interesses aparentemente exclusivos do ser humano, como se ele flutuasse acima do planeta. Essa é uma visão suicida, até pela negação do fato de que nós estamos inseridos e imersos no planeta, toda a nossa vida depende da relação constante com o planeta. Se nós podemos ter pelo menos um “antropocentrismo esclarecido”, como eu gosto de brincar, um “antropocentrismo ecologicamente esclarecido”, já é um avanço conceitual muito grande. Ou seja, perceber que é do nosso maior interesse a preservação ou construção de paisagens saudáveis, de ambientes saudáveis onde haja garantia da biodiversidade, onde a vida se renova e se reproduz de forma adequada. Nosso ponto de partida é sempre o do observador humano. O nosso próprio olhar, já é um olhar a partir da espécie humana, da “consciência humana”. Mas podemos ampliar a nossa percepção, o nosso conhecimento, a nossa racionalidade

para assumir essa relação muito íntima que existe entre o nosso próprio bem estar e o bem estar do mundo onde vivemos. É nesse sentido que grande parte do debate ambiental hoje em dia se manifesta. De uma maneira geral, pode-se dizer que há duas grandes motivações, desde o século XVIII e XIX, na crítica humana em relação a destruição do mundo natural. Uma visão é a da beleza, da veneração pela complexidade da vida, pela beleza da vida, pela importância da vida em si mesma. Uma visão que a gente pode chamar de mais romântica, mais poética, e ela é absolutamente legítima. Eu acho que faz parte do ser humano, da racionalidade substantiva do ser humano, desenvolver a sua sensibilidade no sentido de perceber que não se trata de apenas questões ligadas ao interesse na sobrevivência material. Existe a beleza, o valor científico, o valor poético, espiritual de todo esse mundo onde nós vivemos. Agora, uma outra leitura, uma outra tradição intelectual, igualmente legítima, é mais econômica e política, mais utilitária, defendendo que dependemos da preservação da saúde dos solos, da biodiversidade, do equilíbrio climático para realizar nossos interesses individuais e coletivos. Então, grande parte do “debate ambiental” dos últimos séculos, se é que se pode falar assim, pois a palavra “ambiental” é mais recente, apesar do debate substantivo não ser tão recente assim, é essencialmente econômico e político. A maior parte do debate, desde os séculos XVIII, XIX e XX, prioriza isso que você (Prof. Eudes REHR) falou, a questão da sobrevivência, da continuidade, de se preservar as condições da vida, as condições da produção. Um tema que hoje está sendo sintetizado na palavra “sustentabilidade”, no desenvolvimento sustentável. Mas penso que o caminho mais fecundo é o de diminuir esse dualismo entre o valor intrínseco e o valor instrumental da natureza. Acho que ambas as matrizes são legítimas, me sinto contemplado com as duas, não quero fazer uma escolha entre uma visão política da importância do mundo natural para a sobrevivência concreta da humanidade, e uma visão científica ou poética sobre a complexidade e a beleza do mundo onde vivemos. Acho que a gente não precisa fazer esse tipo de escolha, os dois argumentos são legítimos. É claro que o argumento político e econômico da sustentabilidade motiva um número maior de atores sociais. É muito importante, neste sentido, perceber que a humanidade, e algumas espécies que nós podemos levar conosco em um caminho de devastação, pode ser considerada como sendo o elemento mais ameaçado no atual processo de degradação ecológica global. Porque o planeta Terra, a vida na Terra, possui uma capacidade de sobrevivência muito maior do que podemos imaginar. Nosso planeta possui mais de quatro e meio bilhões de anos de existência, e já passou por cataclismas e transformações muito superiores a qualquer coisa que possamos produzir hoje, inclusive com nossa tecnologia industrial. Passou por processos bio-físicos de uma escala impressionante. O choque do asteróide

com a Terra há mais de sessenta milhões de anos, que quase provocou a extinção de todas as espécies, aniquilando para sempre os dinossauros, foi incomparavelmente mais poderoso do que a explosão simultânea de todas as nossas armas nucleares. Nós temos uma visão arrogante daquilo que o ser humano pode fazer. No entanto, a Terra sofreu esse impacto enorme, a vida quase desapareceu, e dez milhões de anos depois manifestava mais biodiversidade do que existia antes. A vida recomeçou, veio se reconstituindo, se tornando cada vez mais complexa. Ou seja, a Terra tem uma capacidade de sobrevivência muito superior a qualquer coisa que a gente pode imaginar. Então, o que está mais ameaçado? O que está mais ameaçado é essa configuração atual da ecologia planetária, que é muito favorável a civilização humana. Algumas variações relativamente pequenas no ambiente planetário tem um impacto relativamente no contexto do planeta, mas enorme no que se refere à civilização humana. Basta lembrar que na última grande glaciação que nós conhecemos, de 80 mil a 12 mil anos atrás, a temperatura média era só seis graus abaixo do que ela é hoje. Mas, naquele contexto, seria quase impossível manter essa civilização e tecnosfera complexas que temos hoje. Os seres humanos já existiam, mas viviam de forma muito simples, como caçadores e coletores. Alguns prevêm que no pior cenário do aquecimento global haverá um aumento de seis graus acima da média de hoje. Isso seria catastrófico do ponto de vista da civilização. Para o planeta e sua biodiversidade, porém, não seria tão extremo. A Terra continua, as espécies se adaptam e sobrevivem, algumas sim, outras não, mas a vida na Terra continua. Então, o que nós precisamos desesperadamente preservar é essa configuração da Terra em que nós vivemos hoje, muito adequada ao desenvolvimento humano. E variações de alguns graus na temperatura média do planeta, por exemplo, podem degradar seriamente essa configuração. Se as pessoas tivessem essa consciência, acho que se motivariam mais em favor do cuidado ambiental, da política ambiental. De uma certa forma, o que está mais ameaçado somos nós mesmos.

REHR (Fabiano): Uma das linhas do Programa de Pós-Graduação em História da UFGD (PPGH-UFGD) é História Indígena. Qual a contribuição da História Ambiental para as sociedades indígenas, no sentido de pensar outras formas de relação entre homem-natureza?

Prof. Pádua: Isso é um campo riquíssimo. O diálogo da História Indígena com a História Ambiental vem produzindo resultados muito interessantes. Em primeiro lugar, acho que a História Indígena é uma das áreas mais importantes e mais instigantes da historiografia contemporânea, porque, supera a visão estereotipada – e, como eu disse, a história crítica é

muito importante para superar estereótipos – das comunidades indígenas como uma realidade congelada no tempo, imutáveis, que não se transformam, que não passam por percalços e transformações, até na sua própria territorialidade. Como se as sociedades vivessem imemorialmente da mesma maneira até a chegada dos europeus. Então, estudar as sociedades ditas “indígenas” como história, como sociedades humanas como outras quaisquer, significa um respeito por essas sociedades também. A tendência para a generalização é difícil e complicada, a própria palavra “índio” é uma palavra das mais complicadas da modernidade. Mas é uma palavra que “pegou” historicamente e é difícil escapar dessas palavras. No caso das sociedades tribais, que vivem num contato muito estreito com os ecossistemas, pelos padrões de consumo serem mais simples e imediatos – não do ponto de vista da representação simbólica, sempre complexa, mas do ponto de vista das técnicas e dos materiais - a relação com a fauna e a flora é muito próxima. Nesse sentido, os processos de nominação dos lugares e da biodiversidade são fundamentais. Elas nomearam uma quantidade enorme de seres vivos, notando suas especificidades e seu comportamento. Outra coisa muito interessante é a própria localização das aldeias. Hoje a gente observa que muitas delas buscavam os chamados ecótonos, as fronteiras entre dois ou mais ecossistemas para poder se beneficiar de uma maior variedade de recursos. Na longa duração, as sociedades indígenas e paleoindígenas deixaram marcas na própria configuração ecológica do território. Alguns fenômenos que ecologicamente e biologicamente seriam difíceis de entender – como por exemplo a concentração de araucárias nos planaltos do sudoeste, ou de açaizeiros nas várzeas do Baixo Amazonas - aparentemente foram moldados pela ação humana, por milênios de manejo e adensamento da vegetação no sentido de maximizar a presença das espécies consideradas úteis. Mas acho que tem uma coisa mais profunda, independentemente de qualquer idealização romântica dos povos indígenas como sendo alguma coisa superior e diferente. São sociedades que mostraram, através dos seus padrões de produção e consumo, que é possível viver sem uma atitude devastadora em relação ao mundo. E é importante estudar essa trajetória na busca de caminhos de sustentabilidade para as sociedades modernas. É claro que não existe essa coisa de voltar ao passado, de voltar ao modo de vida tribal. Mas, no debate político que vem acontecendo hoje, na busca de modelos para a modernidade global se relacionar com o planeta de uma forma mais cuidadosa, aprender a viver no planeta de uma forma ecologicamente inteligente, o estudo da História Ambiental, das diversas formas que conhecemos de relação entre cultura e natureza, é muito importante. Existe uma forma do antropólogo Eduardo Viveiros de Castro que resume o que estou querendo expressar. Ele diz que existe uma lição importante na vida das sociedades tribais

ameríndias, no sentido de serem culturas humanas que não tiveram a pretensão ilusória de serem maiores do que o mundo onde vivem. Não resta dúvida de que se trata de uma lição importante. Superar esse tipo de ilusão é essencial para enfrentar os dilemas da civilização urbano-industrial.

REHR (Fabiano): Como o senhor vê a expansão do plantio de cana-de-açúcar, principalmente, nos últimos 10 a 15 anos, em relação ao impacto da mecanização no corte e na geração de emprego?

Prof. Pádua: Em primeiro lugar, a história da cana de açúcar é uma história absolutamente fundamental para discutir a história da globalização. Foi a primeira *commodity moderna*, a primeira montagem de um sistema de produção de biomassa em escala de exportação. A gente sabe que o desflorestamento tropical e a escravidão são aspectos centrais dessa história. A cana-de-açúcar é um dos pontos centrais para o estudo da história do Brasil. A gente tem que superar essa visão dos ciclos, de que existiu um ciclo da cana-de-açúcar. Se foi assim trata-se de um ciclo que nunca acabou, que até hoje vem sendo re-atualizado e re-significado. A formação do Brasil possui – em diferentes regiões, com diferentes territorializações e diferentes historicidades - uma relação muito intensa com a cana-de-açúcar. Seu uso continua sendo re-inventado. Eu sei que aqui, por exemplo, na região de Dourados (MS) está acontecendo esse tipo de processo. Mas, devo dizer, que tenho uma visão aberta em relação à economia da cana. Acho que não podemos estigmatizar e criar uma visão negativa genérica, como se o aproveitamento da cana fosse sempre devastador em termos ambientais e sociais. Acho que, por exemplo, os biocombustíveis não são uma panacéia, mas têm o seu lugar na busca por um desenvolvimento sustentável. Uma das fontes mais eficientes para a produção de biocombustível é a cana. Incomparavelmente superior ao uso do milho, como se faz nos Estados Unidos. Agora, cada momento coloca seus dilemas. De que maneira você pode produzir cana-de-açúcar com um cuidado ambiental e social melhor? É claro que não se pode pensar a sustentabilidade apenas do ponto de vista só ambiental. A geração de trabalho e renda, por exemplo, de boas condições de trabalho, é também essencial. E isso coloca em tela os dilemas relativos às condições ambientais do trabalho. Do ponto de vista ecológico, a mecanização da colheita tem seus aspectos negativos, como no aumento do uso de combustíveis fósseis. As alternativas não são do tipo “preto no branco”. Mas as condições do trabalho da colheita manual, com uso de fogo, são ambientalmente inaceitáveis, para os trabalhadores e a sociedade. Mesmo sem considerar o uso do trabalho escravo e a péssima performance

trabalhista de muita das empresas que produzem açúcar e álcool no Brasil hoje. É um tipo de atividade, que, ao meu ver, tem que ser superada, porque é uma atividade degradante. Alguém pode dizer a mecanização diminui a quantidade de empregos. Num primeiro momento, talvez. Agora, uma sociedade brasileira decente não pode se preocupar só com a existência de empregos, tem que ver a qualidade desses empregos. Senão nós vamos preservar o narcotráfico porque gera muitos empregos. É irônico observar que muitas vezes esse argumento da defesa dos empregos é utilizado por proprietários rurais, obviamente não são todos, que não têm a menor preocupação com o trabalhador e com a qualidade do trabalho, a começar pelo péssimo salário que pagam. Ou seja, uma retórica que também foi usada no enfrentamento de dilemas do passado, como o da superação do escravismo. Em suma, acho que a cana continua tendo o seu lugar no bom zoneamento ecológico-econômico do território. Mas é preciso, de certa forma, reinventar a cana, tanto nas suas condições de produção quanto nos seus usos finais. É preciso, sem dúvida, superar formas de trabalho que são arcaicas e têm um custo social e ambiental muito grande. Acredito que os trabalhos que vão ser perdidos na mecanização da colheita deverão ser recuperados em outras atividades. É preciso que haja, inclusive, uma preocupação com a conversão desses trabalhadores para novas atividades econômicas relacionadas com o desenvolvimento sustentável. É um direito da sociedade galgar patamares mais altos de qualidade para a sua economia e para a gestão do seu território.

REHR (Fabiano): Para encerrar, aproveitando o tema do dossiê desse número da REHR - “História e Mídias”. Como os meios de comunicação têm contribuído para uma discussão a respeito de um desenvolvimento sustentável?

Prof. Pádua: É crucial essa contribuição, e ela não pode ser vista como separada das dinâmicas da sociedade, da cultura e de todas essas transformações que estamos vivendo nas últimas décadas. Agora, os meios de comunicação possuem o seu lugar específico nesse movimento. Um contraponto histórico pode ser útil. No meu estudo sobre os críticos do desflorestamento, da erosão do solos e das mudanças climáticas no século XIX, uma coisa que saltava aos olhos do pesquisador era a falta de interlocutores no conjunto da sociedade. Eles até tinham interlocutores, mas eram seus próprios pares, outros intelectuais, outros naturalistas, no contexto das academias, do Instituto Histórico e Geográfico, do Museu Nacional. Eventualmente interlocutores do setor produtivo ou estatal, algum fazendeiro aberto a esse tipo de discussão, alguma autoridade governamental. A grande diferença é que hoje em dia, quando críticas ambientais são feitas, em geral também

por intelectuais ou cientistas, existe uma sociedade civil complexa discutindo seus dilemas e interesses de maneira rica e vibrante, variável, assim como canais comunicativos muito mais ágeis. Não falo só nos grandes meios de comunicação, que estão inclusive perdendo espaço: a televisão, os grandes jornais. Eu falo da internet, dos blogs, das redes sociais. O crescimento também do número de pessoas que sabem ler e escrever, do acesso a universidade, a democratização da sociedade brasileira, tudo isso faz com que o debate ambiental possua um perfil público muito mais elevado. Eu defendo que a universidade participe do debate nacional, nos mais diferentes campos, e que os professores e alunos não fiquem encastelados. Participem dos debates, contribuam, estejam presentes nos canais comunicativos. Tudo isso faz parte do que alguns chamam de “modernidade reflexiva”. O debate sobre o presente e o futuro das sociedades vem se expandindo e se democratizando, a política vem se tornando menos elitista. O acesso crescente à educação e ao debate público é fundamental para encontrarmos um caminho de sustentabilidade, tanto em nível de Brasil, quanto no da presença do Brasil no cenário internacional.